

TERMO DE REFERÊNCIA

UNIDADE REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

1. Objetivo

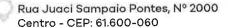
1.1. Este Termo de Referência tem por finalidade fornecer elementos necessários e suficientes, os quais, baseados nos dados constantes servirão para realização de procedimento administrativo, cujas especificações técnicas e demais condições encontram-se detalhados no presente documento, conforme a Lei nº 14.133/2021.

2. DO OBJETO:

- 2.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAUCAIA/CE.
- 2.2. Este objeto será realizado através de licitação na modalidade **DISPENSA DE LICITAÇÃO**.

3. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

- 3.1. O esporte oferece uma vasta gama de benefícios para os alunos nas escolas, impactando positivamente seu desenvolvimento físico, mental, social e acadêmico. Os benefícios do esporte resulta no desempenho escolar, no bem-estar em geral. Bem como foco na solução e reconciliação, empoderamento dos alunos, desenvolvimento de habilidades socioemocionais, melhora do clima escolar;
- 3.2. A presente contratação se justifica pela necessidade de prestação de serviços de Arbitragem especializada para tornar possível a realização das competições esportivas que acontecerão nos jogos escolares de responsabilidade da Secretaria de Educação do Munícipio de Caucaia.
- 3.3. Os serviços de arbitragem de uma competição esportiva seja ela de âmbito Municipal ou Regional necessita de Árbitros qualificados para o seu perfeito desenvolvimento, sendo fundamental a contratação de profissionais atualizados e com experiência na área já que a Secretaria Municipal de Educação do Município não dispõe de profissional qualificado para tal serviço.
- 3.4. Para garantir o sucesso na realização de uma competição esportiva, e a perfeição na execução da regulamentação, as normas de participação, adesão total e soberana da regulamentação desenvolvida para a competição será determinado pela atuação da arbitragem dentro de quadra ou campo, sendo totalmente justificado a necessidade destes serviços, como também é de responsabilidade desta pasta assegurar e prontamente atender as necessidades inerentes aos alunos.





4. DAS ESPECIFICAÇÕES\QUANTITATIVOS E ESTIMATIVAS DE PREÇOS:

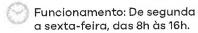
- 4.1. Alcançadas a partir de levantamento feito nos sistemas: Portal Nacional de Contratações Publicas.
- 4.2. Ainda, foram realizados levantamentos de preços através de pesquisa direta com potenciais fornecedores consultados;

ITEM	LOTE ÚNICO	UNID	QUA NT	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
	ESPECIFICAÇÃO				
1	SERVIÇO DE ARBITRAGEM PARA JOGOS DE FUTSAL NAS PARTIDAS DOS JOGOS ESCOLARES EM DIVERSAS MODALIDADES.	SERV	25	242,28	6.057,00
2	SERVIÇO DE ARBITRAGEM PARA JOGOS DE VOLEIBOL NAS PARTIDAS DOS JOGOS ESCOLARES EM DIVERSAS MODALIDADES.	SERV	22	291,52	6.413,44
3	SERVIÇO DE ARBITRAGEM PARA JOGOS DE HANDEBOL NAS PARTIDAS DOS JOGOS ESCOLARES EM DIVERSAS MODALIDADES.	SERV	18	189,20	3.405,60
4	SERVIÇO DE ARBITRAGEM PARA JOGOS DE BASQUETEBOL NAS PARTIDAS DOS JOGOS ESCOLARES EM DIVERSAS MODALIDADES.	SERV	20	201,54	4.030,80
5	SERVIÇO DE ARBITRAGEM PARA TAEKWONDO NAS COMPETIÇÕES DOS LIOGOS ESCOLARES EM DIVERSAS MODALIDADES.	SERV	10	178,03	1.780,30
6	SERVIÇO DE ARBITRAGEM PARA KARATÊ NAS COMPETIÇÕES DOS JOGOS ESCOLARES EM DIVERSAS MODALIDADES.	SERV	10	149,67	1.496,70
7	SERVIÇO DE ARBITRAGEM PARA JUDÔ NAS PARTIDAS DOS JOGOS ESCOLARES EM DIVERSAS MODALIDADES.	SERV	10	180,36	1.803,60
8	SERVIÇO DE ARBITRAGEM PARA GINASTICA RITMICA NAS COMPETIÇÕES DOS JOGOS ESCOLARES EM DIVERSAS MODALIDADES.	SERV	5	229,58	1.147,90
9	SERVIÇO DE ARBITRAGEM PARA VÔLEI DE PRAIA NAS COMPETIÇÕES DOS JOGOS ESCOLARES EM DIVERSAS MODALIDADES.	SERV	8	158,75	1.270,00
10	SERVIÇO DE ARBITRAGEM PARA GÍNASTICA ARTISTICA NAS COMPETIÇÕES DOS JOGOS ESCOLARES EM DIVERSAS MODALIDADES.	SERV	4	229,64	918,56
11	SERVIÇO DE ARBITRAGEM PARA BADMINTON NAS COMPETIÇÕES DOS JOGOS ESCOLARES EM DIVERSAS MODALIDADES.	SERV	4	179,00	716,00
12	SERVIÇO DE ARBITRAGEM PARA TÊNIS DE MESA NAS PARTIDAS DOS JOGOS ESCOLARES EM DIVERSAS MODALIDADES	SERV	8	145,29	1.162,32
13	SERVIÇO DE ARBITRAGEM PARA XADREZ NAS COMPETIÇÕES DOS JOGOS ESCOLARES EM DIVERSAS MODALIDADES.	SERV	8	164,33	1.314,64
14	SERVIÇO DE ARBITRAGEM PARA NATAÇÃO NAS COMPETIÇÕES DOS JOGOS ESCOLARES EM DIVERSAS MODALIDADES.	SERV	8	252,21	2.017,68
15	SERVIÇO DE ARBITRAGEM PARA CICLISMO NAS COMPETIÇÕES DOS JOGOS ESCOLARES EM DIVERSAS MODALIDADES.	SERV	8	212,62	1.700,96
16	SERVIÇO DE ARBITRAGEM PARA ATLETISMO NAS COMPETIÇÕES DOS JOGOS ESCOLARES EM DIVERSAS MODALIDADES.	SERV	12	228,51	2.742,12
17	SERVIÇO DE ARBITRAGEM GERAL NAS COMPETIÇÕES DAS OLIMPIADAS ESCOLARES QUILOMBOLA.	SERV	10	226,73	2.267,30
18	SERVIÇO DE ARBITRAGEM GERAL NAS COMPETIÇÕES DAS OLIMPIADAS ESCOLARES INDÍGENAS.	SERV	12	206,93	2.483,16
19	SERVIÇO DE ARBITRAGEM GERAL NAS COMPETIÇÕES DA COPA DAS ESCOLAS DO CAMPO	SERV	8	270,94	2.167,52
20	SERVIÇO DE ARBITRAGEM GERAL NAS COMPETIÇÕES DO FESTIVAL ESPORTIVO DAS ESCOLAS ETINICAS	SERV	10	226,73	2.267,30

O valor estimado preliminarmente é de R\$ 47.162,90 (quarenta e sete mil cento e sessenta e dois reais e noventa centavos).







5. DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO;

5.1. A implementação de serviços de arbitragem nas escolas não é apenas uma opção interessante, mas sim uma **necessidade crescente** diante das grandes demandas e de turmas formadas nas diversas escolas do Muncípio.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

6.1. A contratação de empresa especializada em Arbitragem visa proporcionar aos alunos jogos de interclasse com uma disputa entre turmas de maneira justa, técnica e profissional. Garantindo que as regras da modalidade esportiva sejam corretamente aplicadas durante as partidas. Tomando decisões rápidas e assertivas sobre lances, faltas, infrações e outros eventos que ocorrem durante o jogo, com imparcialidade e base no conhecimento das regras.

O profissional deve ter gerenciamento das partidas, controlar o ritmo dos jogos, o tempo, as substituições e outras questões administrativas, assegurando um fluxo adequado da competição. Como o Município não tem tal profissional qualificado em seu quadro, devemos fazer a contratação para suprir as necessidades da administração.

7. Do Plano de Contratação Anual - PCA:

- 7.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:
 - → ID do PCA no PNCP: 07616162000106-0-000017/2025
 - → ID da(s) DFD(S) no PCA constante do PNCP: 206

8. DA EXECUÇÃO DO OBJETO;

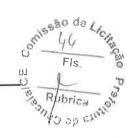
- 8.1. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses contado da assinatura do termo de contrato, na forma dos arts, 106 e 107 c/c o art, 94 tudo da Lei n" 14.133/2021.
- 8.1.1. A prorrogação de que trata este subitem é condicionad a ao ateste, pela autoridade competente, de que as vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO condições e os preços permanecem
- 8.1.2. Disponibilizar, dentro de 10 (dez) dias após o recebimento da autorização de início dos serviços, nas respectivas escolas nos dias e horários informados pela CONTRATANTE. De acordo com os a Ordem de Serviço.

9. DO MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL;

- 9.1. Os itens deverão ser executados pelo contratado, nos horários e locais pré-agendados, sendo que os jogos acontecerão nos locais descritos na Ordem de sevriços, o contratadado será informado oficialmente 10 (dez) dias antes do momento em que a prestação do serviço deve ser efetivada;
- 9.2 A execução dos serviços será conforme prévio agendamento por parte do município junto a contratada;
- 9.3 As despesas que diretamente ou indiretamente incidirem sob a prestação dos serviços como seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários e demais, correrão por conta da empresa a ser contratada.

Comissão de

10



10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA;

Dotação Orçamentária: 0821.12.361.0028.2070.0000 Elemento de despesas: 3.3.90.39.00 – Fonte de Recurso: 1.500.1001.00 – Receitas de Impostos e Tranferências de Impostos – Educação.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRANTE;

11.1. A **CONTRATADA**, além da disponibilização de mão de obra para a perfeita execução dos serviços contratados, obriga-se a:

- a) Cumprir fielmente as exigências da Administração Municipal, naquilo que não contrariar o aqui previsto.
- b) Manter os seus empregados sujeitos às normas disciplinares da Administração Municipal, porém sem qualquer vínculo empregatício com o órgão.

c) Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da Administração Municipal.

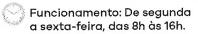
- d) Responder pelos danos causados diretamente à Administração Municipal ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante.
- e) Responder, ainda, por quaisquer danos causados diretamente a bens de propriedade da Administração Municipal quando esses tenham sido ocasionados por seus empregados durante a execução do contrato.
- f) Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução do contrato, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, encargos sociais e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas de acidentes de trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado na execução contratual.
- g) Efetuar os serviços, objeto da Autorização/Requisição/Ordem de Serviços, de acordo com as necessidades da Secretaria de Educação, após o recebimento de requisições expedidas pelo Setor competente.
- h) Comunicar ao Setor competente por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário
- i) Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratante, salvo quando implicarem indagações em caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- j) Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na ocasião da contratação.
- k) Cumprir, quando for o caso, as condições de garantia do objeto, responsabilizando-se pelo período oferecido em sua proposta comercial, observando o prazo mínimo exigido pela Administração.
- I) Cumprir fielmente todas as disposições deste TERMO DE REFERÊNCIA, bem como as disposições contratuais, as quais farão parte indivisível das obrigações da Contratada.

11.2. A CONTRANTE, obriga-se a:

- a) Efetuar os pagamentos correspondentes às faturas emitidas dentro do prazo legal;
- b) Proporcionar todas as facilidades necessárias à boa execução do objeto desta licitação;









- c) Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitadas pela CONTRATADA;
- d) Permitir acesso aos funcionários da CONTRATADA, desde que devidamente identificados, aos locais de trabalho:
- e) Exercer a fiscalização dos serviços por técnicos especialmente designados;
- f)Colocar à disposição da CONTRATADA, local para a guarda dos materiais, equipamentos e ferramentas utilizados na execução do objeto contratado;
- g) Fornecer à CONTRATADA todo tipo de informação interna essencial à realização dos serviços;
- h) Analisar os documentos relativos à comprovação do pagamento de todos os salários, benefícios e encargos.

12. PARA FINS DE HABILITAÇÃO;

12.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação Jurídica

- a) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- b) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- c) Microempreendedor Individual MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt- br/empreendedor;
- d) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- e) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.
- f) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- g) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;



h) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

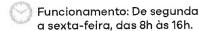
- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- g) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais/municipais ou distritais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- h) O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- a) Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, exceto as sociedades cooperativas, conforme dispõe o art. 4º da Lei nº 5.764/1971. No caso de pessoa física ou de sociedade simples, certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante;
- a.1) Na ausência da certidão negativa, o licitante em recuperação judicial deverá comprovar o acolhimento judicial do plano de recuperação judicial nos termos do art. 58 da Lei nº 11.101/2005. No









caso do licitante em recuperação extrajudicial deverá apresentar a homologação judicial do plano de recuperação;

Qualificação Técnica

a) Comprovação de aptidão da empresa licitante para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, que será feita mediante a apresentação de Atestado ou Certidão fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, por execução do serviço já concluído, de características semelhantes às do objeto do Edital, que comprove(m) que o licitante tenha prestado serviços comptaivel com o bjeto licitado.

Declarações

- a.1. Declaração de que a interessada atende aos requisitos de habilitação e de que o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
- a.2. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- a.3. Declaração expressa de integral concordância com os termos do termo de referência e seus anexos;

13. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES ESTIMADAS;

13.1. A quantidade estimada foi baseada no números de escolas que o Município possui.

14. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO;

14.1. De acordo com a demanda;

15.PROPOSTA DE PREÇOS

15.1. A proponente deverá apresentar proposta de preços, da qual deverão constar todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte da prestação dos serviços, tais como taxas, tributos e impostos.

16. DO PAGAMENTO

- 16.1. O Pagamento será efetuado após a EXECUÇÃO/PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, em até 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, através de crédito na conta bancaria do fornecedor, mediante atesto da execução dos serviços e o encaminhamento da documentação mencionada abaixo, observadas todas as disposições pactuadas, bem como, a ordem cronológica de pagamentos, definida pela Administração.
- 16.2. Documentação necessária para fins de pagamento:
- a) Nota Fiscal/fatura discriminativa, em via única, devidamente atestada pelo gestor do contrato;
- b) Prova de Regularidade relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, inclusive em relação as contribuições sociais;
- c) Prova de Regularidade relativa a Fazenda Estadual;
- d) Prova de Regularidade relativa a Fazenda Municipal;
- e) Prova de Regularidade relativa ao FGTS;
- f) Prova de Regularidade relativa à Justiça do trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT).
- 12.3. O gestor e fiscal de contrato deverá acompanhar a execução dos serviços e promover as medidas necessárias ao alcance do seu objeto após a execução



sme@caucaia.ce.gov.br

Funcionamento: De segunda a sexta-feira, das 8h às 16h.



17. DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRTAO;

17.1. Os serviçoss deverão ser executados diretamente em local indicado por responsável devidamente designado pela Secretária competente, de acordo com a Ordem de emissão de serviço.

17.2. O prazo de vigência será de 12(doze) meses, a contar da assinatura do contrato, prorrogável na forma do art. 105, da Lei Federal n 14.133/2021.

18. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

- 17.1. A gestão e fiscalização do contrato caberá ao Ordenador de Despesa competente ou a quem ele a designar com esta finalidade, devendo ele exercer toda a sua plenitude tudo em atendimento e consonância ao que dispõe na Lei Federal nº 14.133/2021 de 1º de abril de 2021 e no Decreto Municipal n.º 1.392, de 03 de janeiro de 2024.
- 17.2. O gestor e fiscal de contrato deverá acompanhar a execução de contratos e de outros instrumentos hábeis e promover as medidas necessárias ao alcance do seu objeto e no interesse da Administração.
- 17.3. As competências, atribuições e responsabilidades ao gestor e fiscal de contrato serão disciplinadas conforme instrumento normativo vigente no município ou, em sua ausência, pelas disposições legais
- 17.4. A presença da fiscalização da Secretaria não elide nem diminui a responsabilidade da empresa contratada.
- 17.5. Caberá ao servidor designado rejeitar totalmente ou em parte, qualquer serviço que não esteja de acordo com as exigências, bem como, determinar prazo para substituição do mesmo eventualmente fora de especificação.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 18.1. Comete infração administrativa o licitante que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:
- 18.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 18.3. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 18.4. Dar causa à inexecução total do contrato;
- 18.5. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 18.6. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 18.7. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 18.8. Ensejar o retardamento da execução ou da execução do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 18.9. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa ou a execução do contrato;
- 18.10. Fraudar a dispensa ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 18.11.Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame. 18.12.







- Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013. 18.13.
- O licitante que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará 18.14. sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- Advertência pela falta do subitem 11.1 deste termo de referência, quando não se justificar a 18.15. imposição de penalidade mais grave;
- Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado dos itens prejudicados pela conduta 18.16. do licitante, por qualquer das infrações dos subitens 18.2 a 18.13;
- Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 11.2 a 11.7 deste termo de referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 11.8 a 11.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
- Na aplicação das sanções serão considerados:
- 18.10. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 18.11. As peculiaridades do caso concreto;
- 18.2. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 18.13.Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 18.14. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Caucaia/CE, 11 de abril de 2025.

Wilson Szapaio Noto

Raimundo Wilson Sampaio Neto

Agente Requisitante da Secretaria Municipal de Educação

ANEXO I – ESCOLAS E SUAS LOCALIDADES;

INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS MUNICIPAIS 2025

Nº	Inep	Escola	Região
1	23223820	ANTONIO BRAGA DA ROCHA EEIEF	SEDE
2	23223820	TIA DIDI NEDI	SEDE
3	23062100	AUGUSTO CESAR SILVA SALES EEIEF	SEDE
4	23276134	AURENIR FERREIRA DE LIMA CEI	SEDE
5	23223855	CAIC PROF FRANCISCA ESTRELA TORQUATO FIRMEZA NEDI	SEDE
6	23269910	CASA DA CRIANCA NEDI	SEDE
7	23062207	CORALIA GONZAGA SALES EEIEF	SEDE
8	23223227	CORONEL RAIMUNDO DE OLIVEIRA EEIEF	SEDE
9	23062320	CRESCER FELIZ NEDI	SEDE
10	23062223	DALVA PONTES DA ROCHA EEIEF	SEDE
11	23328835	DANILO SA BENEVIDES MAGALHAES EEIEF	SEDE
12	23062487	FLAVIO PORTELA MARCILIO EEIEF	SEDE
13	23062487	POLO AVANCADO DE ENSINO INTEGRAL DE CAUCAIA	SEDE
14	23263067	HUMBERTO NUNES DE MIRANDA NEDI	SEDE
15	23223200	INA ARRUDA EEIEF	SEDE
16	23329017	JOSE OLAVO LOPES MOREIRA EEIEF	SEDE
17	23062916	MARIA DAS DORES LIMA EEIEF	SEDE
18	23223219	MARIA DOLORES MENEZES DE ALMEIDA EEIEF	SEDE
19	23062983	MARIA MOTA RODRIGUES EEIEF	SEDE
20	23203250	MUNDO MAGICO NEDI	SEDE
21	23223197	NAIR MAGALHAES GUERRA EEIEF	SEDE
22	23063351	PATRONATO PIO XI EEIEF	SEDE
23	23062118	PROFISSIONAL BATISTA EEIEF	SEDE
24	23207973	TIA LERLEANNE NEDI	SEDE
25	23061944	ADRIANO MARTINS EEIEF	PRAIA
26	23061960	ALBA PESSOA DA SILVA EEIEF	PRAIA
27	23062169	CELINA SA MORAIS EEIEF	PRAIA
28	23062169	MURILO AMARAL ESCOLA	PRAIA
29	23191210	CESAR NILDO GONDIM PAMPLONA EEIEF	PRAIA
30	23191210	CERCADAO	PRAIA
31	23062363	ERBE TEIXEIRA FIRMEZA EEIEF	PRAIA
32	23062363	LAR CLARA DE ASSIS	PRAIA
33	23274190	FRANCISCO MARTINS MORAIS CRECHE	PRAIA
34	23062568	HELENA DE AGUIAR DIAS EEIEF	PRAIA
35	23062614	ISAIAS BARBOSA NEDI	PRAIA
36	23223332	LUZIA CORREIA SALES EEIEF	PRAIA
37	23223332	SANTA RITA DE CASSIA	PRAIA
38	23063068	MENINO JESUS EEIEF	PRAIA
39	23257903	MIRIAN PONTES JUCA EEIEF	PRAIA
40	23063173	NELY CAULA DE CARVALHO EEIEF	PRAIA
41	23180471	PEDRO LAURINO DE OLIVEIRA EEIEF	PRAIA
42	23180471	CASA AZUL NEDI	PRAIA
	20100111	TAY ON THE STREET WATER	DDAIA

45	23233524	VERONICA MARIA SILVA DE MENEZES EEIEF	PRAIA PARQUE
46	23061952	AFFONSO DE MEDEIROS EEIEF	PARQUE TABAPUA
			PARQUE
47	23276177	DAVI RODRIGUES MOURA CEI	PARQUE
48	23062061	DOM ANTONIO DE ALMEIDA LUSTOSA EEIEF	TABAPUA
49	23062819	DONA LAVINIA DE MEDEIROS EEIEF	PARQUE TABAPUA
50	23249617	GUIOMAR RIBEIRO DIAS CEI	PARQUE TABAPUA
			PARQUE
51	23180331	JOSEFA ALVES DOS SANTOS EEIEF	TABAPUA PARQUE
52	23257938	LUIZA MORAES CORREIA TAVORA EEIEF	TABAPUA
53	23257938	LUIZA MORAES CORREIA TAVORA EEIEF - CRECHE I	PARQUE TABAPUA
54	23257938	LUIZA MORAES CORREIA TAVORA EEIEF - CRECHE II	PARQUE TABAPUA
55	23257938	LUIZA MORAES CORREIA TAVORA EEIEF - CRECHE III	PARQUE
		THE STATE OF THE CONTROL OF THE CONT	PARQUE
56	23063025	MANUEL CAMILO EEIEF	TABAPUA
57	23063025	BRASILEIRINHO	PARQUE TABAPUA
58	23063181	NOELIA ALENCAR EEIEF	PARQUE TABAPUA
59	23063181	FRANCISCA CORTEZ TOMAZ CEI	PARQUE
	######################################	PANJE A SCHOOL AND CONTROL OF STATE OF	PARQUE
60	23063548	ROBERTO JOSE BASTOS MACAMBIRA EEIEF	TABAPUA PARQUE
61	23193166	SANTA JOANA DARC EEIEF	TABAPUA
62	23063033	TIO MANUEL EEIEF	PARQUE TABAPUA
63	23257946	ANTONIO MIRANDA DE MELO EEIEF	METROPOLE
64	23233869	AUGUSTO BEZERRA EEIEF	METROPOLE
65	23249560	CORALIA GONZAGA SALES CEI	METROPOLE
66	23062290	EDGARD VIEIRA GUERRA EEIEF	METROPOLE
67	23062339	EDSON QUEIROZ NEDI	METROPOLE
68	23193140	FRANCISCA ALVES DO AMARAL EEIEF	METROPOLE
69	23193140	TIA ANA CRECHE	METROPOLE
70	23244860	IRMA DA PAZ CRECHE	METROPOLE
71	23062860	LUIZ DE GONZAGA FONSECA MOTA EEIEF	METROPOLE
72	23062029	MONSENHOR ANDRE VIANA CAMURCA EEIEF	METROPOLE
73	23062029	COMUNITARIA DO ARATURI	METROPOLE
74	23063203	NOVA METROPOLE NEDI	METROPOLE
75	23223626	OSMAR DIOGENES PINHEIRO EEIEF	METROPOLE
76	23223626	JOBEL CENTRO EDUC	METROPOLE
77	23223626	TIAGO PEIXOTO NEDI DR	METROPOLE
78	23301414	PROFESSORA RAIMUNDA MOREIRA BATISTA NEDI	METROPOLE
79	23249579	RITA DE CASSIA BRASILEIRO PONTES EEIEF	METROPOLE
80	23249579	UNIFAN - UNIVERSO INFANTIL COLEGIO	METROPOLE
81	23329025	SEBASTIAO BEZERRA DOS SANTOS EEIEF	METROPOLE
82	23329025	GREGORIO CELESTINO CENTRO PEDAGOGICO PE	METROPOLE
83	23276096	VALMIRA BATISTA PEREIRA CEI	METROPOLE
84	23249595	12 DE OUTUBRO EEIEF	JUREMA
85	23249595	TANCREDO NEVES ESCOLA	JUREMA
86	23063726	7 DE SETEMBRO EEIEF	JUREMA
87	23249544	AFONSO BARBOSA CEI ANTONIO ALBUQUERQUE SOUSA FILHO EEIEF	JUREMA
88	23062053	VIALOUSIO VEDOMOEUMOE SOOSV LIFUO FFIFE	OOI YESTIN Y

92	23063955	ECONOMISTA RUBENS VAZ DA COSTA EEIEF	JUREMA JUREMA
93	23063955	CIDI - C. INT. DE DES. INFANTIL	DOINCIND (
94	23063955	SANTA RITA ESCOLA	JUREMA OF
95	23063955	LAR FABIANO DE CRISTO	JUREMA 13
96	23062452	EDUCANDARIO SAO FRANCISCO EEIEF	JUREMA Ryb
97	23241551	GILDA BRAGA CEI	JUREMA
98	23276118	JOSE ALDERI PEDROSA SIQUEIRA CEI	JUREMA
99	23174536	RAIMUNDO JERONIMO DE SOUSA EEIEF	JUREMA
100	23062240	TIA DEINHA NEDI	JUREMA
101	23063572	TIRADENTES EEIEF	JUREMA
102	23062010	AMARO RODRIGUES DOS SANTOS EEIEF	GARROTE
103	23063165	AUREA ALVES PEREIRA EEIEF	GARROTE
104	23276126	CACIQUE ANTONIO FERREIRA DA SILVA EDEIEF	GARROTE
105	23063769	ESTEVAO FERREIRA DA ROCHA EEIEF	GARROTE
106	23062410	FAUSTO DARIO SALES EEIEF	GARROTE
107	23062827	JOSE PONTES FILHO EEIEF	GARROTE
108	23063882	MARIETA MOTA GOIS EEIEF	GARROTE
109	23063416	RAIMUNDA NONATA FORTE SALES EEIEF	GARROTE
110	23063920	RAIMUNDO JOSE DOS SANTOS EIEIEF	GARROTE
111	23063556	TECLA GONZAGA SALES EEIEF	GARROTE
112	23063602	VICENTE TORQUATO DE ARAUJO EEIEF	GARROTE
113	23268743	ABA TAPEBA EDEIEF	BR-222
114	23268743	VO BATISTA DE MATOS NEDI	BR-222
115	23063734	ADELIA CRISOSTOMO EQEIEF	BR-222
116	23063734	VO SINHA NEDI	BR-222
117	23063734	VOVO JOVINA NEDI	BR-222
118	23064056	ALICE MOREIRA DE OLIVEIRA EEIEF	BR-222
119	23063661	ANTONIO DIAS MACEDO EEIEF	BR-222
120	23223294	CONRADO TEIXEIRA EDEIEF TAPEBA	BR-222
121	23223294	KURUMIM NEDI	BR-222
122	23063343	CORONEL PINHO EEIEF	BR-222
123	23063343	ARCO-IRIS NEDI	BR-222
124	23063750	DOMINGOS ABREU BRASILEIRO EEIEF	BR-222
	23063750	MARIA GOMES BRASILEIRO EEIEF	BR-222
125	23063750		BR-222
127	23180641	FRANCISCO ALVES DE PAIVA EEIEF	BR-222
128	23179872	GUARARU EEIEF	BR-222
120	23179872	VIVENDO E APRENDENDO EEIEF	BR-222
130	23179872	HILDA RODRIGUES DE SOUSA NEDI	BR-222
	23207957	INSTITUTO BATISTA MARIA CARMELIA BARROS EEIEF	BR-222
131	23062908	JOAO CARLOS DA MOTA E SILVA EEIEF	BR-222
		JOSE CRISOSTOMO BASILIO EEIEF	BR-222
133	23063831	TIO SIMPLICIO CRECHE	BR-222
134	23063831	LUIS PAULINO DO NASCIMENTO EEIEF	BR-222
135	23276100	LUIZ ROCHA MOTA EEIEF	BR-222
136	23063696		BR-222
137	23064072	MANUEL PEREIRA MARQUES EEIEF MARIA GUIMARAES PRATA EEIEF	BR-222
138	23063858	MARIA HELENA MOREIRA DA SILVA EEIEF	BR-222
139	20002802	MARIA INOCENCIA DE ARAUJO EEIEF	BR-222

143	23262508	MARIA SIMONE MOREIRA DO NASCIMENTO NEDI	BR-222 A 5 5 5 5
144	23262508	MARIA SIMONE MOREIRA DO NASCIMENTO NEDI - EXTENSAO	15
145	23063084	MIRTES SILVA DE MENEZES EEIEF	BR-222 Fis.
146	23264594	NICOLAU NORONHA EQEIEF	BR-222
147	23064064	NOSSA SENHORA DA CONCEICAO EEIEF	BR-222 S Jubrio BR-222 S Jubrio
148	23063220	OSCAR DE AZEVEDO E SA EEIEF	BR-222
149	23063220	ANTERO DA COSTA GADELHA NEDI	BR-222
150	23063238	OSMIRA EDUARDO DE CASTRO EEIEF	BR-222
151	23063700	PAULO FERREIRA DA ROCHA EEIEF	BR-222
152	23223634	PEDRO MOREIRA DE OLIVEIRA EEIEF	BR-222
153	23063718	PLACIDO MONTEIRO GONDIM EEIEF	BR-222
154	23063521	ROSA BRAZ COELHO EQEIEF	BR-222
155	23064315	SANTA RITA CATARINA EEIEF	BR-222
156	23063963	SAUL GOMES DE MATOS EEIEF	BR-222
157	23273739	TAPEBA ANGATURAMA LINDALVA TEIXEIRA EDEIEF	BR-222
158	23064102	ALUIZIO PEREIRA LIMA EEIEF	BR-020
159	23233257	MARIA SOUSA DOS SANTOS ECEIEF	BR-020
160	23064161	CRISTIANO NUNES DE MELO EEIEF	BR-020
161	23064170	ERNESTINA NUNES DE MIRANDA EEIEF	BR-020
162	23064170	TIA GERMANA NEDI	BR-020
163	23064013	FIRMINO SOARES DE MOURA EEIEF	BR-020
164	23064005	FRANCISCO NOGUEIRA DA MOTA EEIEF	BR-020
165	23064196	FRANCISCO NUNES DE MIRANDA EEIEF	BR-020
166	23064226	JOAO CORDEIRO DE MIRANDA EEIEF	BR-020
167	23064242	JOSE NUNES DE MIRANDA EEIEF	BR-020
168	23062215	JULIO DE CASTRO E SILVA EEIEF	BR-020
169	23064188	LAURIANO BRAZ XAVIER EEIEF	BR-020
170	23259795	LUIZ NERYS NUNES DE MIRANDA CRECHE	BR-020
171	23063009	LUIZ PAZ EEIEF	BR-020
172	23064048	MARIA CORINA MOURA ARRUDA EEIEF	BR-020
173	23064021	MARIA DE LOURDES ROCHA EEIEF	BR-020
174	23174463	MARIA LUIZA DO VALE FORTE EEIEF	BR-020
175	23174463	CAMPO GRANDE NEDI	BR-020
176	23064218	MARIANA DE MIRANDA FIRMEZA EEIEF	BR-020
177	23064293	MOACIR PINHEIRO DE SOUSA EEIEF	BR-020
178	23064145	NELY SALES GADELHA EEIEF	BR-020
179	23223286	PEDRO PAULINO DA ROCHA EEIEF	BR-020
180	23064307	YARA GUERRA SILVA EQEIEF	BR-020
181	23273771	OLGA E PARSIFAL BARROSO CENTRO DE EDUCACAO INFANTIL	METROPOLE